

## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / JUIZ DE FORA

Ata da 46ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), realizada aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, no auditório do IPPLAN. Às 8:45 h o presidente do CMAS, Mário Albino Martins abriu a reunião. A seguir passou para a aprovação da ata da 44ª reunião ordinária do CMAS. O conselheiro Marcos Brega pede retificação da linha nº 9 da pág. 28, onde se lê Marcos Brega, na verdade é Márcio Mansur. Após correção foi aprovada por unanimidade. A ata da 35ª reunião extraordinária do CMAS foi aprovada por unanimidade sem nenhuma retificação. A seguir passou-se para informações gerais: 1º) Justificativas da ausência das conselheiras Ana Paula Brandão e Lucimar Therezinha Grizendi; 2º) Ofício do CAMP disponibilizando a cadeira no CMAS; 3º) Ofício SPM Esplanada para assumir vaga no CMAS – de acordo com o conselheiro Marcos Brega, isto deveria ser um ponto de pauta para a próxima reunião, no que a plenária concordou; 4º) Comunicação interna do setor de convênios informando a regularização do documento da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Benfica; 5º) Informativo do Deputado Federal Eduardo Barbosa; 6º) Ofício do Júlio Gasparete enviando matéria publicada no jornal sobre benefícios assistenciais; 7º) Convite Encontro de Pais – Serviço de Educação Especial – SME em 29/08/01; 8º) Reunião no dia 30/08/01 (CMDCA) com representantes do CMAS sobre a Política Municipal de Abrigo; 9º) Convite para o debate sobre Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – 31/08/01; 10º) Ofício do Conselho Tutelar informando o novo representante do Conselho Tutelar Região Sul/oeste – Maurílio Gonçalves da Silva; 11º) Projeto Casa Abrigo – reunião 15/08/01; 12º) Convite Café da Manhã – Plano Estratégico e Reforma Administrativa; 13º) Informativo Pró-Música; 14º) Relatório da 1ª Conferência Municipal de Assistência Social; 15º) Monografia da Valéria Martins – Cultura Organizacional: temática necessária ao CMAS de JF, foi feita uma moção de aplausos para a técnica Valéria Martins; 16º) Ofício nº 252 AMAC sobre a Creche Criança Esperança – foi apresentada a sugestão da comissão de avaliação para se dar um prazo de 30 dias para a entidade apresentar a documentação necessária. Foi feita a leitura de um ofício encaminhado ao CMAS pela entidade. Ficou da Comissão de Avaliação buscar interceder junto à SME. 17º) Ofício AMAC sobre o Balanço Financeiro – 1º semestre/2001 – ficou como ponto de pauta para a próxima reunião; 18º) Proposta Orçamentária do FMAS – 2002. Foi apresentado o parecer da Comissão de Acompanhamento do Fundo e da Comissão de Avaliação, com a apresentação também de um ofício encaminhado ao diretor Geral do IPPLAN – Geraldo Ferreira Gomes. O conselheiro Luiz Sérgio lembrou à plenária que de acordo com o regimento interno nada deveria ser aprovado em um prazo mínimo de 72 horas para apresentação e análise na plenária do CMAS. O presidente leu ofício enviado ao diretor geral do IPPLAN Geraldo Ferreira Gomes, o qual deverá também ser enviado para a AMAC. A conselheira Cláudia perguntou ao conselheiro Ronaldo se os recursos já previstos na dotação orçamentária podem ser, se necessários, para outros programas que não tenham convênio. Ronaldo respondeu que sim. Colocado em votação a proposta orçamentária e o ofício foi aprovado com 15 votos tendo 1 abstenção do conselheiro Luiz Sérgio dizendo que isto é um desrespeito ao CMAS, visto que não houve um prazo para apresentação e aprovação da proposta orçamentária; 19º) Ofício do CMPPD a respeito de denúncias do Conselho Tutelar; 20º) Ofício 78/01 do Conselho Tutelar referente às denúncias envolvendo crianças e adolescentes. Foi sugerido pela conselheira Maria Imaculada que as providências ocorram de forma mais rápida, para a própria credibilidade do conselho. O documento retorna à Comissão de Avaliação para que a equipe entre em contato com os outros conselhos para que articulem uma forma de ação conjunta. A seguir o Conselheiro Marcos Brega, membro da Comissão de Acompanhamento do FMAS, lamentou a não participação dos demais conselheiros na comissão, visto que a comissão não consegue se reunir por não disponibilidade dos seus membros. Foram definidos os nomes dos conselheiros Marcos Brega, Soraia, Danilo, e Maria Valéria para participarem da Comissão de Acompanhamento do fundo. A seguir passou-se para o próximo ponto de pauta com a leitura do Relatório sobre a Creche Criança Primavera, apresentado pela Equipe de Monitoramento e Avaliação. A técnica Valéria Martins fez a observação de que nenhuma mudança ou adequação sugerida pela equipe foi feita na entidade. O conselho aprova a sugestão da equipe de monitoramento apontada no ofício. A seguir passou-se para o próximo ponto de pauta, com a apresentação da resolução sobre os

critérios de qualidade para Instituições que trabalham com o regime de abrigo, feita pela orientadora da Política de Abrigo do município Cláudia Stumph Nazareth. Às 10:25 h, eu Silvana de Oliveira Galliano, repasso os trabalhos da mesa diretora, como 1ª secretária na elaboração da ata, para a 2ª secretária do CMAS, Cláudia Stumpf Nazareth. Cláudia Stumph, técnica da Política de Abrigo apresenta os Critérios Específicos de Qualidade a serem observados pelas entidades para execução de Programas em Regime de Abrigo que foi aprovado pelo conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 28 de agosto de 2001. Informa que a Coordenadora do Programa de Núcleos e Curumins responsável pela Política de Abrigo, Rita Fajardo não pode estar presente por estar licenciada durante esta semana. Cláudia faz um breve histórico do processo de construção da Política de Abrigo e da Construção dos Critérios. Após sua explanação e apresentação, Marcos Brega coloca a importância dos critérios principalmente em relação a orientação religiosa. Soraia coloca que em relação ao fornecimento das 4 alimentações é importante verificar o valor nutricional destas alimentações que são oferecidas. Mariano coloca a importância destes para as instituições. José Anísio coloca que estes critérios poderão servir de base para a área do segmento de idosos. Passou-se então a apresentação do relatório sobre o Educandário Carlos Chagas que foi apresentado pelo conselheiro Marcos Brega, membro da comissão provisória para acompanhar o caso, que apontou as conclusões finais sobre a situação da instituição. Após a leitura do mesmo Valéria comenta sobre as visões antagônicas em relação ao depoimento de funcionários e assistentes sociais. Relata que apesar da visita feita ao Educandário não ter constatado sujeira, é claro que há um número insuficiente de funcionários e a manutenção do grande espaço do Educandário também é um dificultador. Valéria fala do isolamento a que são submetido os portadores de deficiência que há somente um atendente. A conselheira Malu fala que é necessário um planejamento mais efetivo devido a carência de funcionários. Sua fala é reforçada por Valéria que é necessário um planejamento pedagógico. Mário, coordenador do Educandário fala que há 52 pessoas envolvidas nos atendimentos da instituição e que destes 25 são contratados diretamente pela instituição; os outros são cedidos e outros são voluntários. Diz que há um esforço para melhorar o atendimento e que quando assumiu o Educandário havia uma dívida de 70 mil reais que foi paga e que o fato do terreno pertencer a Sociedade Eunice Weaver isto dificulta a utilização da área para outros fins. Diz que Cláudia já havia falado da necessidade deste planejamento mas que no entanto ainda não havia um modelo que pudesse orientar como realizar este e que a diminuição dos recursos do convênio atual e a suspensão do benefício de alguns portadores de deficiência são fatores que vão dificultar a administração já que a percpa hoje está em torno de 180 reais por abrigado. Cláudia fala que a AMAC através da Coordenadoria responsável já está estruturando uma orientação que está em fase de elaboração apontando informações para um plano de trabalho do serviço social, psicologia e proposta pedagógica. Mário discorda dos apontamentos do relatório e Marcos Brega diz que a intenção é apontar soluções e Valéria fala que o próprio diagnóstico e quadro de propostas já apontam para tal. Como a hora já avançava resolveu-se por consenso continuar a pauta na próxima reunião ordinária, priorizando-se esta e deixando os informes para o final. Às 11:30 horas, a reunião foi encerrada pelo presidente Mário Albino Martins. Eu, Cláudia Stumph Nazareth, 2ª secretária, assino a presente ata com os demais conselheiros, após lida e aprovada.